

10.maio.2012 – 13h45

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

- Entidade:** **Inspeção-Geral de Educação e Ciência (IGEC)**
Maria Helena Dias Ferreira (Inspetora-Geral), Maria Leonor Duarte, Pedro Valadares
- Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho da Educação Especial: Margarida Almeida (Coordenadora), Maria Manuela Tender (PSD), Jacinto Serrão (PS) e Rita Rato (PCP).
- Assunto:** Relatório da IGEC sobre *Educação Especial – Respostas Educativas (2010-2011)*

Exposição: A Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, Deputada Margarida Almeida, agradeceu a presença dos representantes da Inspeção-Geral de Educação e Ciência (IGEC), apresentando, de seguida, o âmbito e objetivos da audição, que pretende, essencialmente, recolher contributos e proceder ao levantamento dos aspetos positivos e dos constrangimentos da legislação em vigor para a Educação Especial.

Os representantes da IGEC referiram-se ao relatório elaborado em 2011 - [Educação Especial – Respostas Educativas \(2010-2011\)](#), que resultou da intervenção que a IGEC efetuou em 46 escolas de todo o País, envolvendo 26 inspetores. Esta correspondeu à primeira intervenção, estando prevista, para 2012, uma nova ação em 103 escolas. Esclareceram que nestas intervenções, as equipas inspetivas ouvem, sempre que possível, os pais e encarregados de educação. Embora não procedam à observação de aulas, fazem observação dos contextos educativos, o que dispensa ouvir os alunos.

De entre os constrangimentos identificados na área da Educação Especial, destacaram os seguintes:

- Ao nível do planeamento e organização, a Educação Especial não está presente nos documentos enquadradores e estruturantes das escolas, pelo que se desconhecem as estratégias que a escola se propõe desenvolver para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais, bem como as respostas específicas a disponibilizar a alunos cegos, surdos, com multideficiência, entre outros.
- Existe uma fraca articulação deste departamento curricular com o seu coordenador, sobretudo nos casos em que este não é docente de Educação Especial.
- Existe um deficit de formação, no âmbito da Educação Especial, por parte dos educadores de infância e dos professores do ensino regular.
- As escolas apresentam situações muito díspares, no que se refere aos procedimentos de referenciação e avaliação.
- A monitorização do desempenho dos alunos referenciados mas não encaminhados para apoio, no âmbito da Educação Especial, carece de efetivação.
- As adequações curriculares individuais devem ter em conta o currículo comum, embora muitos docentes entendam a medida como uma mera subtração de conteúdos. Por outro lado, reconhecem as dificuldades destes alunos em situação de exame nacional.

- É fundamental a interpenetração entre o sistema de intervenção precoce e a Educação Especial, sobretudo na transição das medidas e no relacionamento entre os profissionais.

Interveio, de seguida o Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS), que se referiu ao desafio dos exames nacionais para os alunos com necessidades educativas especiais, ao desafio do alargamento da escolaridade obrigatória e ainda à preparação técnica dos inspetores. Por último, solicitou o envio do roteiro do exercício inspetivo.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) referiu-se aos objetivos da audição, questionando se pressentem constrangimentos ao nível da legislação e se existe escassez de recursos humanos nas escolas ou se se trata apenas de má gestão desses recursos.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (Coordenadora) quis saber a opinião dos representantes da IGEC sobre as escolas de referência e ainda sobre a hipótese de criação de uma rede com o Instituto de Emprego e Formação Profissional em relação aos Planos Individuais de Transição (PIT). Questionou-os também sobre a amostra do estudo e sobre a forma como avaliam as crianças com dificuldades de aprendizagem.

Os representantes da IGEC esclareceram que foram intervencionadas escolas de todo o País, incidindo esta ação apenas em escolas de referência e unidades especializadas.

Ao nível dos recursos humanos, consideram que não existe um deficit, mas antes um problema de gestão dos docentes e dos assistentes operacionais, causado, em grande parte, pelo elevado absentismo nesta área. Sublinharam ainda a elevada participação das comunidades locais, neste âmbito, que consideram muito positiva.

Como aspetos negativos, apontaram a dificuldade de as escolas elaborarem Planos Individuais de Transição para a vida ativa e dificuldades ao nível da sua concretização, pelo que entendem que seria importante criar uma rede com o IEFP, que detém grande experiência nesta área e conhece os interlocutores.

Reiteraram ainda a necessidade de articulação entre a intervenção precoce e a Educação Especial, lembrando que existe uma estrutura de coordenação e equipas locais, bastando apenas o estabelecimento de “pontes”. Fulcral é também, segundo consideraram, a ligação das áreas da Saúde, Segurança Social e Educação, visto que quanto mais cedo se verificar a intervenção, melhores serão os resultados para as crianças.

Concluíram, lamentando que subsistam fragilidades ao nível das acessibilidades aos edifícios por parte das crianças com mobilidade condicionada, que importa corrigir.

A [documentação da audição](#), incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na página do Grupo de Trabalho, na Internet.

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2012

A assessora
Cristina Tavares